



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2025

**Estabelece o licenciamento automático para a abertura de empresas no município e dispõe sobre outras providências.**

O Vereador subscrevente, no uso de suas atribuições legais, propõem a seguinte lei complementar:

### CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º.** Ficam instituídos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município, procedimentos de licenciamento simplificado para a emissão de atos de liberação da atividade econômica, nos termos da Lei federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

**Art. 2º.** Para fins de classificação do nível de risco das atividades de licenciamento, considera-se:

**I** – nível de risco I: para os casos de risco leve, irrelevante ou inexistente;

**II** – nível de risco II: para os casos de risco moderado;

**III** – nível de risco III: para os casos de risco alto.

**§1º.** O exercício de atividades classificadas no nível de risco I dispensa a solicitação de qualquer ato público de liberação.

**§2º.** As atividades de nível de risco II permitem a vistoria posterior ao início da atividade, garantido seu exercício contínuo e regular, desde que não haja previsão legal em contrário e não sejam constatadas irregularidades.

**§3º.** As atividades de nível de risco III exigem vistoria prévia para início da atividade econômica.

**§4º.** A classificação das atividades econômicas de que trata este artigo observará a estabelecida na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) da Comissão Nacional de Classificação (Concla) e a legislação municipal referente.

**§5º.** Ato normativo do Poder Executivo classificará o nível de risco de todas as atividades econômicas sujeitas a licenciamento.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

**§6º.** O Poder Executivo poderá disponibilizar em meio físico ou digital a relação simplificada, clara e objetiva das exigências e requisitos legais que devem ser providenciados pelo requerente.

**Art. 3º.** Ato próprio do dirigente máximo do órgão ou entidade fixará prazo, não superior a 60 (sessenta) dias, para decisão sobre os requerimentos de liberação da atividade econômica apresentados em seus respectivos âmbitos.

**§1º.** Decorrido o prazo previsto no caput, a ausência de manifestação conclusiva do órgão ou da entidade implicará na aprovação tácita do requerimento, desde que tenham sido apresentados todos os documentos e elementos necessários para a análise, verificado no momento do protocolo.

**§2º.** O Poder Executivo poderá estabelecer, mediante decreto, exceções ao regime de aprovação tácita, hipóteses de suspensão de prazo e requisitos para a sua aplicação aos requerimentos de emissão de atos públicos de liberação.

**§3º.** O Poder Executivo poderá estabelecer critérios para alteração do enquadramento do nível de risco da atividade econômica, mediante a demonstração pelo requerente da existência de instrumentos que, a critério do órgão ou da entidade, reduzam ou anulem o risco inerente à atividade econômica, tais como:

**I** – ato ou contrato que preveja instrumentos de responsabilização própria ou de terceiros em relação aos riscos inerentes à atividade econômica;

**II** – contrato de seguro;

**III** – prestação de garantia legal;

**IV** – laudo de profissionais privados habilitados quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos ou legais.

**§4º.** O estabelecimento enquadrado enquanto atividade de menor risco por força de demonstração dos instrumentos referenciados no parágrafo anterior, deverá realizar processo de renovação periódica de instrumentos junto ao Executivo.

**§5º.** Poderão ser estabelecidos prazos superiores ao previsto no caput, em razão da natureza dos interesses públicos envolvidos e da complexidade da atividade econômica a ser desenvolvida pelo requerente, mediante fundamentação.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 4º.** O Executivo regulamentará as disposições desta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2025.

  
**Thomas de Paula Cambraia**  
Vereador



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## JUSTIFICATIVA

Nossa cidade conta com uma grande diversidade de empreendedores e empresas de diferentes portes. Contudo, nos últimos anos, tem se intensificado a preocupação com a lentidão no processo de concessão de licenças para atividades econômicas, principalmente aquelas consideradas de baixo risco.

Essa situação tem gerado impactos negativos tanto para os empresários quanto para a economia local e a criação de empregos.

Problemas Identificados: A burocracia excessiva e a demora no licenciamento de atividades de baixo risco representam um obstáculo ao crescimento econômico e à promoção do empreendedorismo na cidade. Entre as principais dificuldades enfrentadas, destacam-se:

1. Lentidão nos Processos: O tempo excessivo para a emissão de licenças pode se prolongar por meses, gerando incerteza para os empreendedores, que ficam impossibilitados de iniciar ou expandir seus negócios de forma ágil.
2. Aumento dos Custos: A demora no licenciamento implica custos adicionais, como o pagamento de aluguéis e salários antes mesmo que as empresas possam operar legalmente.
3. Desestímulo ao Empreendedorismo: A complexidade e a morosidade no processo de licenciamento desmotivam novos empreendedores, prejudicando o desenvolvimento econômico e a geração de empregos.
4. Competição Desigual: Empresas que operam sem regularização acabam obtendo vantagens injustas em relação às que seguem as normas, o que compromete a equidade no mercado e afeta a qualidade dos serviços prestados.

Proposta de Solução: Para solucionar essa problemática e criar um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, propõe-se estabelecer um prazo máximo de 60 dias para a emissão de licenças para atividades de baixo risco. Essa medida tem como objetivo:

1. Acelerar os Processos: Com um prazo definido, os empreendedores poderão iniciar suas atividades rapidamente, fomentando o dinamismo econômico local.
2. Reduzir Custos: A agilidade no licenciamento diminui os gastos operacionais, tornando o ambiente mais favorável aos negócios.
3. Fomentar o Empreendedorismo: Simplificar e acelerar o processo atrairá novos empreendedores, tanto locais quanto de fora, fortalecendo a economia e gerando novas oportunidades de trabalho.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão: Garantir maior celeridade no licenciamento de atividades de baixo risco é essencial para enfrentar os desafios enfrentados atualmente, proporcionando previsibilidade e segurança para os empresários. Essa iniciativa contribuirá para a construção de um ambiente mais competitivo, inclusivo e atrativo para novos investimentos, beneficiando a economia da cidade como um todo.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta importante proposta